

**RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR - RDQA
PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL - 1º QUADRIMESTRE DE 2017**

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE QUE ELABOROU O RELATÓRIO

Nome: ORLANDO JOSÉ DE SOUZA RAMIRES

Data da Posse: 25/08/2017

1.2 PLANO DE SAÚDE

O Estado/Município tem Plano de Saúde? SIM

Período a que se refere o Plano: 2014 à 2017

Status: Aprovado

Data de entrega no Conselho de Saúde 12/05/2014

Introdução - Considerações Iniciais

O município de Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia, com uma população 519,436 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2017). Entre os municípios brasileiros é o 45ª mais populoso e o mais populoso fronteira do Brasil. É a capital brasileira com maior área territorial com mais de 34 mil km².

Em divisão territorial o município é constituído de 12 distritos: Porto Velho, Abunã, Calama, Demarcação, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jaci Paraná, Mutum Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos e Vista Alegre do Abunã.

Tem-se acesso à área rural do município através de via terrestre, sendo esta composta por oito distritos: Jaci Paraná (13.131 habitantes), União Bandeirantes (3.810 habitantes), Mutum Paraná (6.575 habitantes), Abunã (1.648 habitantes), Vista Alegre do Abunã (4.125 habitantes), Fortaleza do Abunã (450 habitantes), Extrema (habitantes) e Nova Califórnia (3.631 habitantes) e a área com acesso por via fluvial é composta por quatro distritos: Calama (2.782 habitantes), Nazaré (626 habitantes), São Carlos (2.001 habitantes) e Demarcação (548 habitantes) e várias localidades espalhadas ao longo de 945 km do Rio Madeira.

As principais causas de mortalidade no município de Porto Velho são as doenças e agravos não transmissíveis/DANT, sendo que as causas externas e as doenças do aparelho circulatório ocuparam, eos dois primeiros lugares no ranking da mortalidade geral. As causas externas estiveram em primeiro lugar no ranking em 2012, 2013 e em 2015, enquanto que as doenças do aparelho circulatório estiveram nos demais anos analisados em primeiro lugar.

Em 2016, a mortalidade proporcional por doenças do aparelho circulatório foi de 18,12% e por causas externas, 17,78%, demonstrando o quanto estas doenças e agravos não transmissíveis são importantes problemas no tocante ao acesso aos serviços de referência especializados, principalmente para o atendimento das intercorrências neurológicas e traumato-ortopédicas e cardiovasculares.

Observa-se que em 2016, os óbitos por causas externas, representaram uma mortalidade proporcional de 17,78% (363). Os homicídios ocuparam o primeiro lugar, com 52,91% (191) e os acidentes de transportes, o segundo lugar, com 21,05% (76), dentre os óbitos por causas externas, segundo registro do Sistema de Informações sobre Mortalidade/SIM.

Com relação a mortalidade infantil, o período de 2012 a 2016, os dados sugerem haver um aumento nas taxas de todos os seus componentes sendo que estes corroboram com as estatísticas do Brasil para o ano de 2012, com a tendência de maior ocorrência da mortalidade infantil nos primeiros momentos da vida, e confirmam a complexidade da redução no componente neonatal.

Analisando o comportamento da mortalidade materna no município de Porto Velho, nos anos de 2012 a 2016, temos o registro de 40 óbitos maternos, dos quais, 24 mortes maternas foram por causas obstétricas diretas, ou seja, por causas que ocorreram por complicações obstétricas durante a gravidez, o parto e o puerpério, representando 60% do total de óbitos maternos registrados, 09 óbitos por causas obstétricas indiretas (22,5%), ou seja, resultante de doenças que existiam antes da gravidez ou que se desenvolveram durante esse período, não provocadas por causas obstétricas diretas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez e 07 mortes maternas tardias (17,5%).

O Relatório Detalhado do 1ª Quadrimestre de 2017 (janeiro a abril) relativo às ações e serviços de

saúde segue as recomendações do o Artigo nº 36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Relatório Detalhado de Prestação de Contas passou a ser quadrimestral e deve ser elaborado de acordo com modelo padronizado e aprovado pela Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

2. Montante e fonte de recursos aplicados no período (Fonte: SIOPS)

2.1 Relatório resumido de execução orçamentária - RREO

RECEITA PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	230.001.795,00	230.001.795,00	70.490.432,34	30,64
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.991.880,00	19.991.880,00	15.160.300,46	75,83
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	8.815.091,00	8.815.091,00	2.615.764,16	29,67
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	158.448.571,00	158.448.571,00	37.603.892,35	23,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	39.371.860,00	39.371.860,00	13.600.915,99	34,54
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	396.582,00	396.582,00	119.895,80	30,23
Dívida Ativa dos Impostos	2.977.811,00	2.977.811,00	1.389.663,58	46,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	487.720.253,00	487.720.253,00	173.288.117,29	35,54
Cota-Parte FPM	202.188.671,00	202.188.671,00	74.277.119,49	36,73
Cota-Parte ITR	174.480,00	174.480,00	18.543,66	10,62
Cota-Parte IPVA	50.350.940,00	50.350.940,00	15.302.722,39	30,39
Cota-Parte ICMS	233.569.271,00	233.569.271,00	83.127.939,72	35,59
Cota-Parte IPI-Exportação	1.119.371,00	1.119.371,00	432.412,83	38,62
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	317.520,00	317.520,00	129.379,20	40,74
Desoneração ICMS (LC 87/96)	317.520,00	317.520,00	129.379,20	40,74
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	717.722.048,00	717.722.048,00	243.778.549,63	33,97

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	86.236.290,00	86.236.290,00	26.088.121,74	30,25
Provenientes da União	83.777.130,00	83.777.130,00	24.952.922,26	29,78
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	547.445,48	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	2.459.160,00	2.459.160,00	587.754,00	23,90
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c) x 100
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	86.236.290,00	86.236.290,00	26.088.121,74	30,25

DESPEAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPEAS EMPENHADAS		DESPEAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Quadrimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPEAS CORRENTES	241.543.900,00	242.293.900,00	90.107.310,31	37,19	77.852.311,54	32,13
Pessoal e Encargos Sociais	150.063.483,00	150.063.483,00	63.432.687,69	42,27	63.432.687,69	42,27
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	91.480.417,00	92.230.417,00	26.674.622,62	28,92	14.419.623,85	15,63
DESPEAS DE CAPITAL	14.266.176,00	14.266.176,00	921.014,35	6,46	389.839,64	2,73
Investimentos	14.266.176,00	14.266.176,00	921.014,35	6,46	389.839,64	2,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPEAS COM SAÚDE (IV)	255.810.076,00	256.560.076,00	91.028.324,66	35,47	78.242.151,18	30,49

DESPEAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS		DESPEAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Quadrimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPEAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		24.243.125,35	26,63	14.496.297,86	18,53
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		23.853.285,71	26,20	14.106.458,22	18,03
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		389.839,64	0,43	389.839,64	0,50
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Quadrimestre (i)	% (i/Vg)x100
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE N EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A	24.243.125,35	26,63	14.496.297,86	18,53

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V) = (IV - V)		N/A	66.785.199,31	73,37	63.745.853,32	81,47
--	--	-----	---------------	-------	---------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ E 5	VALOR
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ E 5	26,14

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII-(15*IIIb)/100)] ⁶	VALOR
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)] ⁶	27.179.070,88

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADO S/ PRESCRITO	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	117.890,00	105.000,00	12.890,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	925.193,00	642.164,00	283.029,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	63.755,00	55.136,00	8.618,00	0,00	0,00
Total	1.106.836,00	802.300,00	304.537,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadadas no exercício de referência(I)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadadas no exercício de referência(l)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		RECEITAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (l)	% (l/total l)x100	Até o Quadrimestre (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	20.487.767,00	20.487.767,00	7.685.217,16	8,44	6.651.557,66	8,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	42.121.025,00	42.121.025,00	10.535.029,35	11,57	3.365.246,10	4,30
Suporte Profilático e Terapêutico	6.086.262,00	8.746.262,00	2.110.807,05	2,32	1.081.390,03	1,38
Vigilância Sanitária	468.000,00	468.000,00	3.921,05	0,00	594,11	0,00
Vigilância Epidemiológica	7.898.454,00	7.898.454,00	59.885,84	0,07	53.448,48	0,07
Alimentação e Nutrição	5.040.000,00	5.040.000,00	4.120.511,13	4,53	3.989.357,63	5,10
Outras Subfunções	173.708.568,00	171.798.568,00	66.512.953,08	73,07	63.100.557,17	80,65
TOTAL	255.810.076,00	256.560.076,00	91.028.324,66	100,00	78.242.151,18	100,00

Análise e Considerações Gerais

Da receita total geral prevista para o município, foi arrecado até o 1º quadrimestre o percentual de 33,97% no montante de R\$ 243.778.549,63. Das despesas previstas com recurso para a saúde provenientes da União (R\$ 24.952.922,26) e do Estado (R\$ 547.445,48 - valor exclusivo para Assistência Farmacêutica) o percentual de 30,25% no montante de R\$ 26.088.121,74. Do montante da receita própria efetivamente arrecadada o município repassou para gastos com saúde o percentual de 26,14% no montante de R\$ 63.745.853,32 (este cálculo foi feito com base nas despesas liquidadas). Desta forma o município tem atendido a Constituição Federal em ser art. 198, parágrafo 2º, inciso III e a Lei nº 101/2000.

2.2 Relatório da execução financeira por bloco de financiamento (Fonte: SIOPS)

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios ³										
Atenção básica	7.993.058,88	0,00	0,00	0,00	0,00	7.993.058,88	29.108.221,00	7.685.217,16	6.651.557,66	6.267.346,63	118.380,15	0,00	1.607.332,10
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	3.541.608,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.541.608,00	20.487.767,00	5.257.928,98	4.613.730,85	4.229.519,82	118.380,15	0,00	-806.291,97
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	4.280.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.451.450,88	8.620.454,00	2.427.288,18	2.037.826,81	2.037.826,81	0,00	0,00	2.413.624,07
Saúde da Família	1.826.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.826.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.826.880,00
Agentes Comunitários de Saúde	1.800.864,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.864,00	5.960.454,00	2.072.993,26	2.004.321,17	2.004.321,17	0,00	0,00	-203.457,17
Saúde Bucal	573.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.110,00	2.660.000,00	354.294,92	33.505,64	33.505,64	0,00	0,00	539.604,36
Núcleo Apoio Saúde Família	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	170.596,88	0,00	0,00	0,00	0,00	170.596,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.596,88
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	13.626.921,88	0,00	0,00	0,00	0,00	13.626.921,88	42.436.025,00	10.535.029,35	3.365.246,10	3.355.787,61	0,00	0,00	10.271.134,27
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	13.210.909,36	0,00	0,00	0,00	0,00	13.210.909,36	42.241.025,00	10.531.690,35	3.365.246,10	3.355.787,61	0,00	0,00	9.855.121,75
Teto financeiro	8.480.489,36	0,00	0,00	0,00	0,00	8.480.489,36	37.410.719,00	8.766.457,76	3.157.012,99	3.153.012,99	0,00	0,00	5.327.476,37
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	1.434.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.434.420,00	2.950.000,00	1.585.613,95	168.219,32	162.760,83	0,00	0,00	1.271.659,17
CEO- Centro Espec. Odontológica	176.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.000,00
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.880.306,00	179.618,64	40.013,79	40.013,79	0,00	0,00	-40.013,79
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	3.120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.120.000,00
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	416.012,52	0,00	0,00	0,00	0,00	416.012,52	195.000,00	3.339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416.012,52
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	416.012,52	0,00	0,00	0,00	0,00	416.012,52	195.000,00	3.339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416.012,52
Vigilância em Saúde	1.783.097,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.783.097,10	2.406.000,00	191.633,45	54.042,59	49.936,66	0,00	0,00	1.733.160,44
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.533.000,00	59.885,84	53.448,48	49.382,92	0,00	0,00	-49.382,92
Vigilância Sanitária	33.606,39	0,00	0,00	0,00	0,00	33.606,39	468.000,00	3.921,05	594,11	553,74	0,00	0,00	33.052,65
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	1.749.490,71	0,00	0,00	0,00	0,00	1.749.490,71	405.000,00	127.826,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.749.490,71
Assistência Farmacêutica	840.744,40	547.445,48	0,00	0,00	0,00	1.388.189,88	6.086.262,00	1.756.512,13	720.429,17	712.684,90	0,00	0,00	675.504,98
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	740.744,40	547.445,48	0,00	0,00	0,00	1.288.189,88	5.771.262,00	1.514.041,73	675.039,24	667.294,97	0,00	0,00	620.894,91
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.000,00	242.470,40	45.389,93	45.389,93	0,00	0,00	-45.389,93
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Gestão do SUS	709.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709.100,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709.100,00

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios³										
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	709.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709.100,00
Outras	0,00	0,00	0,00	587.754,00	64.110.104,84	64.697.858,84	176.400.768,00	70.859.932,57	67.450.875,66	67.372.166,72	42.233,48	34.831.203,01	32.114.661,65

Análise e Considerações Gerais

A execução financeira da Receita recebida no Fundo Municipal de Saúde de Porto velho se deu por bloco de financiamento conforme detalhamento apresentado no quadro acima.

2.3 INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

INDICADORES		RESULTADO ATÉ O QUADRIMESTRE (%)
1.1	Participação % da receita de impostos na receita total do Município	15,83
1.2	Participação % das transferências intergovernamentais na receita total	60,88
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de	9,45
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de	95,65
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no	21,00
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências	54,75
1.7	Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do	R\$153,05
2.2	Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	81,07
2.3	Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com	1,07
2.4	Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na	6,31
2.5	Participação % da despesa com investimentos na despesa total com	0,50
3.1	% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do	33,34
3.2	% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	26,15

Análise e Considerações

Da receita total geral prevista para o município, foi arrecado até o 1º quadrimestre o percentual de 33,97% no montante de R\$ 243.778.549,63. Das despesas previstas com recurso para a saúde provenientes da União (R\$ 24.952.922,26) e do Estado (R\$ R\$ 547.445,48 - valor exclusivo para Assistência Farmacêutica) o percentual de 30,25% no montante de R\$ 26.088.121,74. Do montante da receita própria efetivamente arrecadada o município repassou para gastos com saúde o percentual de 26,14% no montante de R\$ 63.745.853,32 (este cálculo foi feito com base nas despesas liquidadas). Desta forma o município tem atendido a Constituição Federal em ser art. 198, parágrafo 2º, inciso III e a Lei nº 101/2000.

3. Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações

3.1 AUDITORIAS REALIZADAS

Não existe auditorias realizadas ou em fase de execução

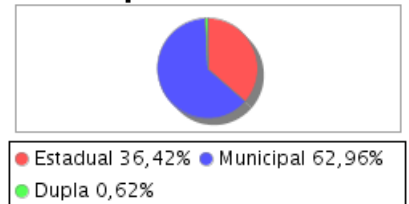
4 - Oferta e produção de Serviços Públicos na Rede Assistencial própria contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

4.1 RELATÓRIO TIPO DE ESTABELECIMENTO E TIPO DE ADMINISTRAÇÃO (FONTE: SCNES)

4.1.1 TIPO GESTÃO

TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNICIPAL	ESTADUAL	DUPLA
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	2	1	1	0
CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL	1	0	1	0
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	4	1	3	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1	1	0	0
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	1	0	1	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	4	3	1	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	41	39	2	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	19	5	14	0
CONSULTORIO ISOLADO	2	1	1	0
COOPERATIVA OU EMPRESA DE CESSAO DE TRABALHADORES NA SAUDE	1	0	1	0
FARMACIA	4	3	1	0
HOSPITAL ESPECIALIZADO	4	1	3	0
HOSPITAL GERAL	6	0	6	0
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	3	0	3	0
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	1	1	0	0
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	1	0	1	0
POLICLINICA	3	2	1	0
POSTO DE SAUDE	17	17	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	4	4	0	0
TELESSAUDE	1	0	1	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	21	6	14	1
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	6	6	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	3	2	1	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	8	7	1	0
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	1	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	3	1	2	0

Tipo de Gestão



Total	162	102	59	1
-------	-----	-----	----	---

4.1.2 NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNICIPAL	ESTADUAL	DUPLA
FEDERAL	7	7	0	0
ESTADUAL	27	0	27	0
MUNICIPAL	90	90	0	0
PRIVADA	38	5	32	1
Total	162	102	59	1

Natureza Jurídica



● Pública 76,54% ● Privada 23,46%
● Outros 0,00%

Justificativa da dupla gestão

Não se aplica.

Análise e considerações

Unidades cadastradas no CNES do Município de Porto Velho/RO:

01 Central de Gestão em Saúde (Semusa).

01 Central de Regulação para Consultas e exames (sede Semusa).

01 Central de Regulação médicas (SAMU).

03 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Ad, CAPS II e CAPs Infantil).

38 Centro de Saúde/Unidade Básica, sendo 20 Urbana, 19 Rural

12 Postos de Saúde

05 Clínica/centro de especialidade: 01 Serviço de Atendimento Especializado - SAE, 03 Centro de Especialidades Odontológicas - CEOs, sendo 01 zona sul, 02 Zona leste; 01 Centro de Reabilitação.

01 Hospital Especializado (Maternidade Municipal Mãe Esperança).

01 Laboratório Central Municipal – LACEN (Policlínica Rafael Vaz e Silva).

02 Policlínicas (Centro de Especialidades Médicas e Policlínica Rafael Vaz e Silva).

04 Unidade de apoio Diagnóstico e terapia (Centro de Referência Saúde da Criança; Centro de Referência Saúde da Mulher, Serviço de apoio e diagnóstico da Zona Leste).

04 Pronto Atendimento (01 UPA Zona Leste e 01 UPA Zona Sul, Dra Ana Adelaide e Dr. José Adelino da

Silva).

02 Unidades de Vigilância em Saúde (Departamento de Controle e Zoonoses e Departamento de Vigilância Sanitária).

07 Unidades móveis de nível pre-hospitalar na área de Urgência (06 Ambulância Unidade de Suporte Básica e 01 Unidade de Suporte Avançado).

01 Unidade móvel fluvial (Unidade de Saúde Dr. Floriano Riva Filho).

* Serviços DSI que aparecem como serviços municipais: 01 Unidade odontológica móvel do Dsei Porto Velho, Unidades de Atenção à Saúde Indígena

*As Farmácias Populares foram desativadas pelo Ministério da Saúde a partir de junho de 2017.

4.2.1 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS	
	QTD. APROVADA	
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	278.343,00	
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	77.024,00	
03 Procedimentos clínicos	433.679,00	
04 Procedimentos cirúrgicos	16.349,00	
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	
06 Medicamentos	0,00	
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	
Total	805.395,00	

4.2.2 PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	1,00	0,00	0,00	0,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	2.856,00	41.611,14	1,00	169,69
03 Procedimentos clínicos	69,00	457,25	1.240,00	694.591,11
04 Procedimentos cirúrgicos	12.158,00	355.219,79	641,00	317.045,76
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	0,00	0,00	0,00

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
Total	15.084,00	397.288,18	1.882,00	1.011.806,56

4.2.3 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO

FORMA ORGANIZAÇÃO	SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	2.616,00	2.141,44	0,00	0,00
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	0,00	0,00	0,00	0,00

4.2.4 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	942,00	2.543,40	0,00	0,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	499.922,00	2.762.299,94	1,00	169,69
03 Procedimentos clínicos	883.318,00	4.897.754,76	1.240,00	694.591,11
04 Procedimentos cirúrgicos	19.556,00	534.679,71	793,00	373.540,01
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.403.738,00	8.197.277,81	2.034,00	1.068.300,81

4.2.5 PRODUÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

4.2.6 PRODUÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	58.141,00	0,00

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	257,00	0,00
03 Procedimentos clínicos	0,00	0,00
04 Procedimentos cirúrgicos	0,00	0,00
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	0,00
06 Medicamentos	0,00	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	0,00
Total	58.398,00	0,00

Análise e Considerações

As planilhas apresentadas referem-se à produção aprovada dos estabelecimentos sob gestão municipal. Os dados foram colhidos dos arquivos disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, do Ministério da Saúde, de acordo com instrutivo do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS, os quais foram extraídos, segundo a Complexidade dos Procedimentos, Caráter de Atendimento, Tipo de Financiamento e Valor Pago, em consonância com a Tabela SUS. Os dados ora apresentados inferem procedimentos/internações processados nos meses de janeiro a abril de 2017, com valores pagos pela Tabela SUS, sem referir os incentivos municipal, estadual e federal.

Também não constam dados no campo “valor aprovado” da Vigilância em Saúde, uma vez que os procedimentos apresentados não são valorados na Tabela SUS, por serem procedimentos da Atenção Básica.

O grupo de procedimentos da complexidade Atenção Básica (AB) é composto por: ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos e ações complementares de atenção à saúde. Dessa forma, conforme se observa no 1º quadrimestre de 2017, a produção total da Atenção Básica foi de 805.395,00 ações e procedimentos, com destaque para o grupo de procedimentos clínicos, que em todos os períodos analisados apresentou a maior produção totalizando 433.679,00 atendimentos.

Com relação às ações de promoção e prevenção em saúde, observa-se que as mesmas totalizaram 278.343,00 no 1º quadrimestre de 2017, resultado superior ao do 1º quadrimestre de 2016 (243.661,00), neste eixo podemos destacar que atividades educativas / orientação em grupo na atenção básica (2.580,00/7.133,00), atividades de prevenção na atenção em saúde bucal (14.029.757,00/1,00) e visitas domiciliares (152.405,00/167.232,00) de nível médio comportou-se com aumento progressivo, respectivamente.

No que diz respeito aos procedimentos com finalidade diagnóstica, obteve-se 77.024,00 no 1º quadrimestre de 2017, resultado inferior ao quadrimestre de 2016. Importante ressaltar que dentre esses procedimentos a coleta de material p/ exame citopatológico de colo uterino em comparação ao que no 1º quadrimestre de 2016 percebe-se um aumento de 66%.

Quanto aos procedimentos cirúrgicos, a produção atingiu o quantitativo de 433.679,00 no 1º quadrimestre de 2017, sendo um resultado aproximado do quadrimestre de 2016.

Cabe enfatizar que a partir da implantação do sistema e-SUS, ao se contabilizar os dados de forma automática, possíveis erros e valores subestimados/superestimados da produção ambulatorial tendem a ser minimizados quando comparados ao registro em fichas de papel.

Salientamos também que a diminuição na produção total em relação 2016, pode ser decorrente de problemas de transmissão de dados das equipes que possuem sistema e-SUS, cujas produções ambulatoriais passaram a ser exportadas diretamente deste sistema para o SIA/SUS.

Há que se considerar ainda os atrasos nos repasses de recursos e as dificuldades de financiamento nos níveis federal e estadual, que impactam de forma importante nos serviços prestados pela Atenção Básica.

Todos estes dados estão sujeitos a alterações, considerando a possibilidade de rerepresentações das produções no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA e Sistema de Informação Hospitalar - SIH.

4.3 Relatório de indicadores de saúde da população (Fontes: Sispecto, Tabnet e outras)

Diretriz 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.			
Objetivo 1.2 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento a política de atenção básica e da atenção especializada.			
INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	64	60.71	%
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
Com relação a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção básica, mantém-se o valor de cobertura atual, pois no ano de 2017, não está previsto a implantação de novas equipes devido a lei de responsabilidade fiscal. Neste 1º Quadrimestre 1 equipe de Saúde da Família foi descredenciada por falta de enfermeiro.			
INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	55	50.76	%
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
Para a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica mantém-se o valor de cobertura atual, pois no ano de 2017 não está previsto a implantação de novas equipes devido a lei de responsabilidade fiscal.			
INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de exodontia em relação aos procedimentos	4	4.92	PROPORÇÃO
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
Este indicador tem como objetivo reduzir o número de exodontia na população. Percebe-se que a proporção de exodontias permanece com um número elevado no fechamento do 1º quadrimestre que ultrapassa a meta proposta para o decorrer do ano. Sendo assim, as ações de escovação em escolares estão sendo intensificadas a partir do Programa Saúde na Escola e por meio de atividade educativas na comunidade em geral.			

Diretriz 3 - Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da "Rede Cegonha", com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Objetivo 3.1 - Fortalecer e ampliar as ações de Prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do Câncer de Mama e do Colo de Útero.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente	42	0.06	razão

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A representatividade de 1/3 população feminina de 25 a 64 anos é de 35.704 mulheres. No 1º trimestre foram coletados 2316 exames de citopatológico do colo do útero o que representa um universo de 6,4% da população em comento.
 Ao analisar a série histórica nacional, percebe-se que o indicador de Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos permanece nesse mesmo perfil. O principal método e o mais amplamente utilizado para rastreamento de câncer do colo do útero é o teste de Papanicolau (exame citopatológico do colo do útero) para detecção das lesões precursoras. Com uma cobertura da população alvo de no mínimo 80% e a garantia de diagnóstico e tratamento adequados dos casos alterados, é possível reduzir em média 60% a 90% da incidência de câncer invasivo de cérvix na população (WHO, 2002).

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população re	35	0.11	RAZÃO

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A representatividade de 1/2 população feminina de 50 a 69 anos é de 12.029,5 mulheres. No 1º trimestre foram realizadas 1319 exames de mamografia de rastreamento o que representa um universo de 10,96% da população em comento.
 Estima-se que cerca de 25% a 30% das mortes por câncer de mama na população entre 50 e 69 anos podem ser evitadas com estratégias de rastreamento populacional que garantam alta cobertura da população-alvo, qualidade dos exames e tratamento adequado (WHO, 2008). Preconiza-se a realização da mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de 02 em 02 anos.
 Percebe-se que há necessidade de implementação de ações para captação precoce na faixa etária preconizada, para isso, a coordenação propõe promover 03 campanhas anuais de divulgação da importância da realização do exame de mamografia de rastreamento.

Objetivo 3.2 - Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	56	48.41	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Na Maternidade Municipal Mães Esperança este indicador chega a alcançar 75% de proporção de parto normal, porém o SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos busca partos normais de todas as maternidade existente na Rede SUS (Estadual e Municipal) e serviços privadas. Sendo assim, precisamos levar em consideração que a maternidade do Hospital de Base Ary Pinheiro é referencial estadual para partos de alto risco e está inserido em Porto Velho.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois	75	50	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

As vacinas Pentavalente, Poliomielite, Pneumocócica 10-valente e Tríplica viral tem como meta do Ministério da Saúde o alcance de 95%. Analisando os dados registrados no 1º quadrimestre observa-se o seguinte perfil quanto à cobertura vacinal: Pentavalente (85,61%), Poliomielite (85,18%), Pneumocócica (100,39%) e a Tríplica Viral (104,80%). Sendo assim alcançamos a cobertura de 2 das 4 vacinas selecionadas em menor de 1 ano, o que representa um universo de 50% dos imunobiológicos pactuados. O município de Porto Velho deve atingir no mínimo 75% de homogeneidade.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	9	29	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Em análise sobre o bairro de ocorrência dos casos percebe-se que grande parte é proveniente da Zona Leste de Porto Velho, em áreas descobertas da Estratégia Saúde da Família. Diante do número de casos de sífilis congênita o Departamento de Vigilância em Saúde através da coordenação deste agravo realizou intervenção por meio de reuniões técnicas in loco junto as Equipes de Saúde da Família para levantamento das falhas de acesso e acompanhamento das gestantes ao pré-natal daquela localidade.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	1	0	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Até o momento não houve a ocorrência de casos novos de Aids em menores de 5 anos.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Taxa de mortalidade infantil	11	4.01	/1000hab

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No primeiro quadrimestre tivemos a ocorrência de 4 óbitos infantis a cada 1.000 nascidos vivos. A taxa de mortalidade infantil tem por objetivo monitorar a assistência pré-natal, a vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto evitando a sua peregrinação e as boas práticas durante o atendimento ao parto e nascimento e a qualidade da atenção hospitalar ofertada a crianças menores de 1 ano.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	10	2	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 1º quadrimestre tivemos 1 óbito no mês março e 1 óbito no mês de abril confirmados causado por: Hemorragia subaracnoide embolia de origem obstétrica. Importante salientar que os óbitos maternos encerram-se somente com o fechamento anual da base de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) nacional. Além disso, o prazo estabelecido para o encerramento da investigação do óbito definido por portaria é de até 120 dias a contar da data de ocorrência.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	81	100	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 1º quadrimestre ocorreram 50 óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos). Destes casos, o grupo de trabalho investigou e acompanhou 100% dos casos notificados de forma complementar e oportunamente os óbitos de residentes registrados no Sistema de Informação de Mortalidade -SIM mostrando que as causas mais frequentes estão relacionadas com: 1º) Neoplasias (tumores) - 26%, 2º) Causas externas de morbidade e mortalidade - 20% e 3º) Doenças infecciosas e parasitárias - 18%. Importante salientar que os óbitos de mulheres em idade fértil encerram-se somente com o fechamento anual da base de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) nacional. Além disso, o prazo estabelecido para o encerramento da investigação do óbito definido por portaria, é de até 120 dias a contar da data de ocorrência.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	19	17.32	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A proporção de gravidez na adolescência tem por objetivo nortear as ações de saúde nas unidades básicas, escolas (programa saúde na escola) e maternidades no território. além disso, pode subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes.

Diretriz 4 - Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas.

Objetivo 4.1 - Ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	100	0	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A meta é realizar 36 ações de matriciamento ao ano, sendo 12 ao ano para cada CAPS. Tratando-se de um novo indicador de saúde, que exigiu das equipes um estudo mais aprofundado durante o 1º quadrimestre, para enfim elaborar-se o Plano de Ação das Atividades/2017.

Diretriz 5 - Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

Objetivo 5.1 - Melhoria das condições de Saúde do Idoso e portadores de doenças crônicas mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número/Taxa de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais DCNT	118	105.35	/100.000

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A taxa de óbitos prematuros de 30 a 69 anos pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas tem como objetivo o monitoramento da mortalidade que representam a maior causa de óbitos em todo o país. Além de ser um importante parâmetro para planejamento e pactuação de serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, voltados aos portadores de doenças crônicas.

A proposta municipal é reduzir esse indicador em pelo menos 2% ao ano por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Diretriz 7 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.1 - Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	90	95.41	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 1º quadrimestre ocorreram 719 óbitos, no entanto 686 óbitos foram registrados a causa básica definida, representando um total de 95,41% que ultrapassa a meta pactuada sendo assim, isso possibilita a inferência sobre a qualidade das informações relativas às causas de mortalidade.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de casos autóctones de malária	2582	533	N absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Comparando o número de casos autóctones de malária do 1º quadrimestre de 2016, foi observado que houve uma redução de 19,5% em comparação ao 1º quadrimestre de 2017.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial	3	0	Ciclos
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
<p>No 1º quadrimestre foi realizado 1 ciclo sendo que este atingiu a meta de 26,61 % de imóveis visitados. Como entraves para este indicador temos o déficit de recursos humanos bem como a falta de integração da atenção básica com as ações de vigilância em saúde com relação ao controle do Aedes Aegypti. Outro ponto que merece destaque é que no período de 13 a 24 de fevereiro de 2017 a equipe de endemias esteve envolvida com o Levantamento de Índice Rápido para o Aedes Aegypti - LIRA o que reduz o número de imóveis visitados neste período.</p>			

5. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerações Gerais

No 1º quadrimestre de 2017 a nova Gestão Municipal de Porto Velho, visando melhorar a estrutura política-administrativa do Município realizou uma reestruturação criando novos procedimentos que gerou uma descontinuidade momentânea na execução dos processos de aquisição de insumos e medicamentos na rede de atenção à saúde que até o momento eram centralizados na Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma ocorreu uma certa morosidade nos procedimentos de aquisição.

6. STATUS DO RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE

6.1 Apresentação no Conselho

Data de apresentação no Conselho de Saúde:

6.2 Solicitação de apresentação na Casa Legislativa

Data de solicitação da Audiência Pública: 15/08/2017

6.3 Apresentação na Casa Legislativa

Data de apresentação na Casa Legislativa: 18/10/2017

PORTO VELHO - RO, ____ de _____ de ____.



SARGSUS - Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão